


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001115-17.2015.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Produto Impróprio**
 Requerente: **Marinaldo Donizete Salla**
 Requerido: **Magazine Luiza S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação condenatória movida por MARINALDO DONIZETE SALLA em face de MAGAZINE LUIZA S/A. O requerente aduz, em síntese, ter adquirido produto da ré, o qual apresentou defeito após aproximadamente um mês, havendo sido encaminhado pela requerida à assistência técnica e restituído com o vício. Pede a condenação da requerida pelos danos materiais ocasionados, estimados em R\$ 420,23, e pelos danos morais decorrentes, em quantia equivalente a quarenta salários mínimos. Juntou documentos (fls. 11/20).

Citada, a requerida apresentou resposta suscitando preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, sustentou, em essência, uso inadequado do produto e vício de fabricação (fls. 28/39).

Houve réplica (fls. 47/51).

Instadas, as partes deixaram de especificar provas (fls. 55 e 56).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Afasta-se a preliminar arguida em contestação porquanto a responsabilidade do fornecedor decorre do artigo 18, §1º, do Código de Defesa do Consumidor.

Da mesma maneira, indefere-se a denúncia da lide porque eventual responsabilidade do fabricante não exclui a do réu que poderá exercer direito de regresso mediante propositura de ação autônoma.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil e também pelo manifesto desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor, o que não se verifica nos autos.

A manutenção do vício do produto é fato incontroverso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, não há como afastar a responsabilidade da ré pela não solução do vício de qualidade do aparelho adquirido pelo autor, sendo devida a indenização pelos danos materiais suportados na quantia estimada pelo autor, ante a ausência de impugnação específica quanto a essa questão.

Entretanto, entendo que os acontecimentos narrados nos autos não constituem dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou o autor não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de restituição, condenando a requerida a pagar ao autor a quantia de R\$ 420,23 a título de danos materiais, a qual deverá ser atualizada desde a data do desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Arcará a ré com honorários advocatícios estimados em R\$ 250,00, tendo em vista a modicidade da condenação. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido indenizatório. Arcará o autor com honorários advocatícios de 10% do benefício econômico pretendido, observando-se a concessão da AJG. Cada parte arcará com as custas processuais a que tenha dado causa.

Interposta apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 26 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**